

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
referentes ao exercício findo  
em 31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. dos Municípios, 146, SI-03  
1º andar - Tabajaras  
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil  
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil  
Telefone +55 (34) 3303-5400  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Conselheiros e Diretores da  
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.  
Uberlândia - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e



consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**(a) Reconhecimento da Receita**

Conforme notas explicativas 3.a), 4.b), e 24 às demonstrações financeiras, os contratos de clientes da Sociedade relativos à comercialização de mercadorias no segmento de atacado representa parte substancial da receita líquida total registrada durante o exercício.

A Sociedade realiza vendas no âmbito nacional e existe um volume de transações significativas no final do exercício devido às campanhas de vendas que ocorrerem nesse período. Para fins de reconhecimento da receita é necessário exercer julgamentos significativos e manter controles internos para avaliar o momento em que ocorrer a transferência do controle/acesso sobre o ativo ao cliente.

Devido o volume das transações efetuadas no final do exercício, do julgamento significativo relativo à determinação do momento de transferência de controle/acesso ao ativo pelo cliente e da relevância dos montantes envolvidos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido na auditoria*

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao fluxo da receita desde o pedido do cliente até o reconhecimento da receita momento de transferência do controle/entrega das mercadorias ao cliente;
- Avaliação da transferência do controle das mercadorias ao cliente para as vendas realizadas no final do mês de dezembro de 2018, bem como das devoluções realizadas em período subsequente, avaliando os montantes registrados em relação ao período corrente e à receita reconhecida em dezembro de 2018, com o objetivo de identificar eventuais vendas relevantes em que não ocorreu a transferência de controle ao cliente no final do exercício;
- Avaliamos, por meio de amostragem, se as vendas registradas durante o exercício foram reconhecidas no momento em que ocorreu a transferência de controle das mercadorias para os clientes;
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial os novos requerimentos de divulgação decorrentes da adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitáveis o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



**(b) Provisão para contingências tributárias**

Conforme apresentado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras, a Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária relativos ao curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apresenta um montante de R\$ 7.486 mil de provisão para processos judiciais tributários classificados pelos advogados com risco de perda provável, bem como apresenta um montante de R\$ 212.325 mil de processos judiciais tributários classificados pelos advogados com risco de perda possível, os quais estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Devido ao ambiente tributário no Brasil e muitas teses jurídicas envolver assuntos que envolvem matéria interpretativa, ao volume de processos em andamento, à relevância dos valores envolvidos e à necessidade de julgamento significativo em relação à probabilidade de perda, em que qualquer mudança de cenário processual ou julgamento poderá trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido na auditoria*

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos internos e assessores jurídicos terceiros relevantes da Sociedade e a avaliação das respostas obtidas em relação à natureza dos processos, os montantes envolvidos e o prognóstico de perda;
- Analisamos os processos jurídicos tributários mais relevantes, avaliando a natureza, o risco e o andamento de tais processos junto aos assessores jurídicos da Sociedade e quando aplicável, analisamos a consistência em relação às teses fiscais e jurisprudências existentes;
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitáveis a Provisão para contingências tributárias, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**Outros assuntos - Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Uberlândia, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Jean Paraskevopoulos Neto  
Contador CRC 1SP193052/O-0

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17			31/12/18	31/12/17		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	157.354	120.641	174.205	141.205	Fornecedores	14	787.378	769.246	793.366	776.904
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	6	-	-	-	2.416	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.830	-	7.389	2.723
Contas a receber	7	414.360	479.858	419.085	484.522	Salários, encargos e benefícios sociais	17	27.989	25.671	32.626	29.891
Estoques	8	658.500	565.965	664.786	580.303	Imposto de renda e contribuição social		-	-	971	652
Impostos a recuperar	9	58.955	53.608	62.670	57.659	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	22.027	39.450	24.497	41.753
Dividendos a receber	10.b	1.000	2.827	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.b e 20.c	6.467	9.471	11.468	14.542
Crédito com fornecedores		27.588	28.879	27.957	30.037	Outros passivos		31.708	44.562	34.375	47.332
Outros ativos		10.605	10.359	11.633	12.107						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.328.362</b>	<b>1.262.137</b>	<b>1.360.336</b>	<b>1.308.249</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>878.399</b>	<b>888.400</b>	<b>904.692</b>	<b>913.797</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo:</b>						<b>Realizável a longo prazo:</b>					
Depósitos judiciais	19.d	10.281	12.521	10.673	12.780	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	204.875	173.971	204.875	156.597
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	6	-	22.390	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	15.592	2.233	15.592	2.233
Empréstimos e adiantamentos com partes relacionadas	10.b	25	4.557	-	2.057	Provisões para contingências	19	42.511	46.064	43.975	46.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	38.766	43.807	38.766	43.807	Demais contas a pagar		1.000	1.628	1.000	1.628
Impostos a recuperar	9	59.339	33.070	59.339	33.070						
Outros ativos		1.216	1.317	1.280	1.378	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>263.978</b>	<b>223.896</b>	<b>265.442</b>	<b>207.340</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>109.627</b>	<b>117.662</b>	<b>110.058</b>	<b>93.092</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Investimentos	11	49.719	49.760	53	53	Capital social		124.738	124.738	124.744	124.744
Imobilizado	12	32.878	39.669	77.446	76.185	Reservas de lucros		270.674	249.699	270.683	249.709
Intangível	13	17.203	17.505	17.668	18.011	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		395.412	374.437	395.412	374.437
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>209.427</b>	<b>224.596</b>	<b>205.225</b>	<b>187.341</b>	Participação de não controladores		-	-	15	16
<b>Total do ativo</b>		<b>1.537.789</b>	<b>1.486.733</b>	<b>1.565.561</b>	<b>1.495.590</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>395.412</b>	<b>374.437</b>	<b>395.427</b>	<b>374.453</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.537.789</b>	<b>1.486.733</b>	<b>1.565.561</b>	<b>1.495.590</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços</b>	23	4.089.587	4.230.906	4.137.336	4.273.369
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	(3.276.147)	(3.408.564)	(3.301.781)	(3.430.119)
<b>Lucro bruto</b>		<b>813.440</b>	<b>822.342</b>	<b>835.555</b>	<b>843.250</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Comerciais e de distribuição	24	(711.999)	(718.675)	(701.383)	(693.085)
Gerais e administrativas	24	(110.502)	(110.530)	(136.713)	(133.372)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	46.473	39.096	47.837	43.307
Equivalência patrimonial	11	4.778	23.773	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>42.190</b>	<b>56.006</b>	<b>45.296</b>	<b>60.100</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		22.018	30.858	22.954	34.337
Despesas financeiras		(25.055)	(36.824)	(25.972)	(37.764)
Variações monetárias e cambiais		1.220	137	1.330	160
	26	(1.817)	(5.829)	(1.688)	(3.267)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>40.373</b>	<b>50.177</b>	<b>43.608</b>	<b>56.833</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes		(7.464)	(6.515)	(10.693)	(13.164)
Diferidos		(4.942)	(3.977)	(4.942)	(3.977)
	18.b	(12.406)	(10.492)	(15.635)	(17.141)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.967</b>	<b>39.685</b>	<b>27.973</b>	<b>39.692</b>
<b>Lucro líquido atribuível a:</b>					
Acionistas controladores				27.967	39.685
Acionistas não controladores				6	7
				<u>27.973</u>	<u>39.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Lucro líquido do exercício</b>	27.967	39.685	27.973	39.692
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>27.967</u>	<u>39.685</u>	<u>27.973</u>	<u>39.692</u>
<b>Resultado atribuível a:</b>				
Acionistas controladores			27.967	39.685
Acionistas não controladores			<u>6</u>	<u>7</u>
			<u>27.973</u>	<u>39.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
		Capital social	Legal	Retenção				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>194.988</u>	<u>-</u>	<u>344.673</u>	<u>17</u>	<u>344.690</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.685	39.685	7	39.692
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.c	-	-	-	(9.921)	(9.921)	-	(9.921)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Transferência para reserva de lucros		-	-	29.764	(29.764)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>224.752</u>	<u>-</u>	<u>374.437</u>	<u>16</u>	<u>374.453</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.967	27.967	6	27.973
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.c	-	-	-	(6.992)	(6.992)	-	(6.992)
Aquisição de participação não controladora	20.d	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	-	20.975	(20.975)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>245.727</u>	<u>-</u>	<u>395.412</u>	<u>15</u>	<u>395.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.373	50.177	43.608	56.833
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Perda na alienação de ativo imobilizado	818	4.024	2.419	8.543
Depreciação e amortização	12 e 13 18.695	19.267	25.419	25.265
Receita com vendas de ativos imobilizados	(786)	(6.668)	(2.011)	(14.461)
Juros e variações monetárias líquidos	2.486	(1.798)	2.827	(1.286)
Encargos financeiros debêntures	3.155	-	3.155	-
Resultado de equivalência patrimonial	11 (4.778)	(23.773)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores e perda na participação de investimento por alteração de participação societária	10 5.586	6.306	5.586	6.306
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19 157	4.054	1.119	3.227
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	7.c (731)	(584)	(445)	(443)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	8 e 9 835	(1.562)	835	(1.562)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado	(487)	(6.344)	(8)	(6.900)
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - impairment	12.b e 13 (29)	(17)	(29)	(589)
	65.294	43.082	82.475	74.933
<b>Variações em:</b>				
Contas a receber	66.229	(45.603)	97.652	(73.832)
Estoques	(95.273)	(64.287)	(87.683)	(73.522)
Impostos a recuperar	(26.213)	(12.121)	(25.563)	(15.138)
Crédito com fornecedores	1.291	7.400	2.156	6.337
Redução em outros ativos	(239)	(1.277)	381	95
Depósitos judiciais	1.625	(1.198)	1.490	(1.309)
Adiantamentos com partes relacionadas	614	(2.500)	2.139	-
Fornecedores	18.131	28.829	(15.305)	63.857
Salários, encargos e benefícios sociais	3.190	348	3.143	1.208
Participação nos lucros e resultados	(384)	(7.155)	(399)	(7.763)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(4.589)	(5.898)	(4.421)	(5.391)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	19 (8.239)	(9.918)	(8.639)	(10.212)
Outros passivos	(13.482)	9.519	(13.127)	9.835
Caixa gerado pelas (utilizados nas) operações	7.955	(60.779)	34.299	(30.902)
Juros pagos	-	(20)	(497)	(662)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.520)	(7.956)	(13.861)	(16.384)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(2.565)	(68.755)	19.941	(47.307)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Investimento FIDC	24.562	16.300	24.562	16.300
Integralização de capital em controladas	11 (6.452)	(7.657)	-	(58)
Redução de investimentos	11 5.539	11.000	-	-
Recebimento de dividendos	10 9.535	25.620	-	-
Recebimento pela venda de imobilizados	1.415	6.659	2.660	12.024
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	12 e 13 (16.299)	(18.664)	(28.957)	(29.113)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	18.300	33.258	(1.735)	(847)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Ingressos de empréstimos	879	4.848	4.304	4.848
Debentures	200.000	-	200.000	-
Custos de emissão debêntures	(1.307)	-	(1.307)	-
(Resgates) de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	(169.123)	(55.659)	(169.123)	(55.659)
Amortização de financiamentos	-	(1.948)	(3.947)	(4.472)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	10 (9.471)	(11.248)	(15.133)	(19.040)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	20.978	(64.006)	14.794	(74.964)
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.713</b>	<b>(99.504)</b>	<b>33.000</b>	<b>(123.118)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	157.354	120.641	174.205	141.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	120.641	220.145	141.205	264.323
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.713</b>	<b>(99.504)</b>	<b>33.000</b>	<b>(123.118)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	23	4.792.370	4.857.876	4.848.340	4.910.322
Outras (despesas) receitas		(235)	3.223	627	6.621
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		731	584	445	443
		<u>4.792.866</u>	<u>4.861.683</u>	<u>4.849.412</u>	<u>4.917.386</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(3.837.646)	(3.955.532)	(3.861.870)	(3.975.356)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(486.257)	(491.271)	(414.124)	(411.833)
Provisão para perda na realização de ativos		(354)	1.705	(354)	2.277
		<u>468.609</u>	<u>416.585</u>	<u>573.064</u>	<u>532.474</u>
<b>Retenção</b>					
Depreciação e amortização	12 e 13	(18.695)	(19.267)	(25.419)	(25.265)
		<u>449.914</u>	<u>397.318</u>	<u>547.645</u>	<u>507.209</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>					
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	4.778	23.773	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(5.586)	(6.306)	(5.586)	(6.306)
Receitas financeiras	26	24.137	31.500	25.183	35.002
Aluguéis		409	472	-	-
		<u>473.652</u>	<u>446.757</u>	<u>567.242</u>	<u>535.905</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>					
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal e encargos:</b>					
Salários e encargos		197.493	204.194	248.050	246.908
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	10.c	7.703	7.469	7.945	7.909
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		92.245	116.751	113.856	142.865
Estaduais		91.729	10.395	104.893	24.523
Municipais		2.041	2.492	3.714	3.726
<b>Financiadores:</b>					
Juros e variações cambiais	26	25.954	37.329	26.871	38.269
Aluguéis		28.520	28.442	33.940	32.013
Juros sobre o capital próprio e dividendos		6.992	9.921	12.129	15.837
Lucros retidos		20.975	29.764	15.844	23.855
		<u>473.652</u>	<u>446.757</u>	<u>567.242</u>	<u>535.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

### 1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga, descarga, paletização, armazenagem, concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista.

#### a. Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 4 (a).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Sociedade:

	Participação - %	
	31/12/18	31/12/17
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,94	99,94
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)(*)	61,84	61,84
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,96	99,97
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,98	99,99
Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”)	-	100,00
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	99,99
Martins Caminhões Ltda.	94,23	94,23
CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA.	99,95	99,90

(\*) O percentual de participação direta na controlada Martins Veículos é de 61,84% e a participação indireta é de 99,99%.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamento**

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade e suas controladas, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4(a)** - Consolidação - Determinação se a Sociedade detém de fato controle sobre uma investida, incluindo o Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC;
- **Nota explicativa 4(l)** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 4(m)** - classificação de arrendamento mercantil.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - Contas a receber - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 8** - Estoques - Reconhecimento e mensuração de perdas na realização dos estoques;
- **Nota explicativa 9** - Impostos a recuperar - Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS;

- **Nota Explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 19** - Provisões - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, quando houver.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas na Nota explicativa 24 - instrumentos financeiros.

**d. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultadosão mensurados pelo valor justo.

**3 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Sociedade.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Sociedade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- reconhecimento antecipado de receita de contratos de venda com direito de devolução; e
- uma redução nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

**a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Sociedade adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi rerepresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias:

	<b>Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de Janeiro de 2018</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Receita líquida de vendas	(3.357)
Custo das mercadorias revendidas	2.386
IRPJ e CSLL diferidos	<u>330</u>
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<u><u>(641)</u></u>

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração de resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

***Impacto no balanço patrimonial consolidado***

	Nota	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
<b>Ativo</b>				
Contas a receber	7	419.085	(3.310)	415.775
Estoques	8	664.786	2.247	667.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	38.766	361	39.127
Demais ativos		442.924	-	442.924
<b>Total de ativo</b>		<b>1.565.561</b>	<b>(702)</b>	<b>1.564.859</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
Total do passivo circulante		904.692	-	904.692
Total do passivo não circulante		265.442	-	265.442
<b>Total do passivo</b>		<b>1.170.134</b>	<b>-</b>	<b>1.170.134</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		124.744	-	124.744
Reserva de lucros		270.683	(702)	269.981
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>395.427</b>	<b>(702)</b>	<b>394.725</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.565.561</b>	<b>(702)</b>	<b>1.564.859</b>

***Impacto na demonstração do resultado consolidado***

	Nota	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
Receita de mercadorias	23	4.696.112	144.075	4.840.187
Receita de serviços	23	203.941	(144.075)	59.866
Impostos sobre vendas	23	(711.004)	-	(711.004)
Devoluções e abatimentos	23	(51.713)	3.310	(48.403)
Custo das vendas	24	(3.301.781)	(2.247)	(3.304.028)
Receitas (despesas) operacionais	24 e 25	(790.259)	-	(790.259)
Resultado financeiro	26	(1.688)	-	(1.688)
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(15.635)	(361)	(15.996)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.973</b>	<b>702</b>	<b>28.675</b>

- **Contratos de venda de mercadorias:** De acordo com o CPC 30, a receita para esses contratos era reconhecida quando uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita, desde que todos os outros critérios para reconhecimento de receita fossem atendidos. Se não fosse possível efetuar uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita era diferido até que o período de devolução tenha decorrido ou uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

Assim, o impacto dessas mudanças para itens que não sejam receita é uma provisão de devolução. Além disso, há um novo ativo para o direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas, que é apresentado como parte dos estoques.

- **Contrato de serviços de frete:** De acordo com o CPC 30, a receita serviços de frete era reconhecida quando as mercadorias eram entregues nas instalações do cliente, o que era considerado como o momento em que o cliente aceitou o produto e os riscos e benefícios relacionados ao bem eram transferidos. De acordo com o CPC 47, a receita de serviços de frete e os custos associados são reconhecidos no mesmo momento em que as mercadorias sejam entregues nas instalações dos clientes, segregando a receita de serviços de frete no resultado. Em 2017, os impactos, se reconhecidos, na receita líquida de vendas de mercadorias e serviços seriam um aumento de R\$ 145.555 na receita bruta de serviços e uma redução no mesmo valor das mercadorias, não havendo efeito sobre o resultado.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Sociedade com relação a outras fontes de receita (veja Nota explicativa 23).

Para obter informações adicionais sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas ao reconhecimento de receita, consulte a Nota explicativa 23.

#### **b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado, a Sociedade não adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, devido a imaterialidade dos montantes.

Adicionalmente, a Sociedade adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 no saldo de abertura de reservas, lucros acumulados e participação de não controladores:

	<b>Impacto da adoção do CPC 48/IFRS 9 no saldo de abertura</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Reconhecimento de perda de crédito esperada conforme CPC 48	971
Imposto de renda e contribuição social relacionados	(330)
<b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>641</b>

#### ***Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros***

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas a passivos financeiros.

Para uma explicação de como a Sociedade classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48, veja Nota explicativa 22.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber e outros recebíveis	(i) Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	484.522	483.551
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	141.205	141.205
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12.780	12.780
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	Mantidos até o vencimento	Obrigatoriamente a VJR	2.416	2.416
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>640.923</b>	<b>639.952</b>
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	159.320	159.320
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	776.904	776.904
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>936.224</b>	<b>936.224</b>

- (i) O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados ao custo amortizado. Uma redução de R\$ 971 na provisão para *impairment* destes recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48. Além disso, o contas a receber e outros recebíveis de R\$ 641 foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 na adoção do CPC 47, para a qual foi constituída uma provisão para *impairment* de R\$ 641, estes últimos não foram incluídos na tabela acima.

### *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 reduzam e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma reversão para redução ao valor recuperável no montante de R\$971.

### *Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

A Sociedade optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido, e
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Sociedade pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

## **4 Principais práticas contábeis**

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 3).

### **a. Bases de consolidação**

#### ***Definição de controladas para fins de consolidação***

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

#### ***Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC***

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas da Sociedade e dos recebíveis mantidos pelo Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”), no montante mencionado na nota explicativa nº 6.

Os saldos dos recebíveis transferidos para o Fundo foram reintegrados tendo como contrapartida a rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 16) nos passivos circulante e não circulante, de acordo com a idade de vencimento. O saldo referente ao investimento nas cotas subordinadas do Fundo, no montante de R\$ 19.974 em 2017, líquido do saldo remanescente não alocado na aquisição de direitos creditórios, foi reclassificado da rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, para a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, no passivo não circulante, reduzindo o saldo do passivo não circulante.

#### ***Crítérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas***

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

#### **b. Receita de contrato com o cliente**

A Sociedade adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 21. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 3.

#### **c. Transação em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

#### **d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

**e. Estoques**

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

**f. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edificações - 25 anos
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 3 a 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 2 a 12 anos
- Equipamentos de informática - 2 a 5 anos
- Veículos de apoio e transporte- 3 a 10 anos

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

**g. Intangível**

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

**g.1 Programas de computador (softwares)**

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 13, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

**g.2 Outros ativos intangíveis**

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº13.

**h. Instrumentos financeiros**

**h.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

## ***h.2 Classificação e mensuração subsequente***

### *Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.*

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*  
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018*

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade foram classificados de acordo com a finalidade para a qual foram contratados, sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- Empréstimos e recebíveis.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018*

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***h.3 Desreconhecimento***

#### *Ativos financeiros*

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***h.4 Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***i. Redução ao valor recuperável (Impairment)***

##### ***i.1 Ativos financeiros não-derivativos***

*Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018*

#### **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

#### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

*Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

**i.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

**j. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

**k. Contas a receber**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável, conforme política descrita na nota explicativa 4.i.1.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e o volume de operações de venda a prazo praticado não ser representativo em relação ao total de vendas, a Sociedade considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes e/ou quando da cessão desses títulos ao Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, em que o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a seus clientes.

**l. Investimentos em controladas**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“*impairment*”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

**m. Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, como:

- **Financeiros:** os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.
- **Operacionais:** os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

**n. Provisões**

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

**o. Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

**p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente nos demais ativos e passivos não circulantes, uma vez que ela considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**q. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

**r. Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial.

#### **s.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Sociedade avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Sociedade e suas controladas não finalizaram o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Sociedade e suas controladas apresentem suas primeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

#### *Arrendamentos em que a Sociedade são arrendatárias*

A Sociedade reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações do armazém e veículos. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Sociedade reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Sociedade anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

#### *Transição*

A Sociedade pretendem aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Sociedade planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03. A administração da Sociedade já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) terão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, baseando em avaliações realizadas até a data da emissão destas demonstrações financeiras e está resumida a seguir:

(a) Pagamentos mínimos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até um ano	2.976	3.653
Entre um a cinco anos	112.917	120.767
Mais de cinco anos	772	772
<b>Total</b>	116.665	125.192

(b) Valor presente dos pagamentos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais (\*)

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até um ano	2.858	3.512
Entre um a cinco anos	91.845	98.619
Mais de cinco anos	542	542
<b>Total</b>	95.245	102.673

(\*) Foi utilizado a taxa média ponderada de 10,1% ao ano, utilizado internamente pela Sociedade.

Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2019 podem ser diferentes, pois a Administração da Sociedade não finalizou os testes e a avaliação das novas políticas contábeis e estão sujeitas a alterações até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

**s.2 Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Caixa e bancos	1.210	882	2.345	2.164
Aplicações financeiras (*)	156.144	119.759	171.860	139.041
<b>Total</b>	157.354	120.641	174.205	141.205

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB's junto ao Banco Triângulo (parte relacionada) remunerados às taxas que variam entre 100% a 106% (100% a 106% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e Operações Compromissadas com liquidez diária e isentas de IOF junto a bancos de primeira linha remuneradas às taxas que variam entre 80% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (75% em 31 de dezembro de 2017). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

## **6 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC**

O Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“Fundo”) foi constituído em 6 de janeiro de 2005 e liquidado em 21 de dezembro de 2018. O Fundo era administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tendo como objeto proporcionar aos cotistas, de acordo com regras estabelecidas em regulamento, a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios de curto prazo originados pelas vendas mercantis da Sociedade a clientes, que são financiadas pelo Tribanco.

Durante o exercício de 2017, algumas deliberações em Assembleia Geral dos Quotistas ocorreram, tais como:

- Em 16 de fevereiro de 2017 foi deliberada a substituição do Itaú Unibanco S.A. como custodiante e escriturador para o Banco Finaxis S.A a partir do fechamento do dia 24 de fevereiro de 2017 (“Data de Transferência”);
- Em 05 de julho de 2017, foi deliberada a redução do patrimônio líquido do Fundo em até 50% sem a incidência de quaisquer penalidades, de acordo com o seguinte calendário de amortizações extraordinárias: 12,50% em 15 de setembro de 2017; 12,50% em 15 de dezembro de 2017; 12,50% em 17 de setembro de 2018 e 12,50% em 17 de dezembro de 2018. Adicionalmente, foi deliberada a alteração da rentabilidade para as cotas seniores de 112% para 108,25% do CDI para o período compreendido entre 10 de julho de 2017 a 15 de setembro de 2017; de 108,25% para 108,79% do CDI para o período compreendido entre 18 de setembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017; de 108,79% para 109,50% do CDI para o período compreendido entre 18 de dezembro de 2017 a 17 de setembro de 2018; de 109,50% para 110,50% do CDI para o período compreendido entre 18 de setembro de 2018 a 17 de dezembro de 2018 e de 110,50% para 112% do CDI para o período compreendido entre 18 de dezembro de 2018 a 02 de junho de 2019.

Já durante o exercício de 2018, houve algumas amortizações e resgates entre junho e agosto de 2018, conforme abaixo:

- Amortização dos juros acumulados sobre a rentabilidade das cotas seniores no valor de R\$ 13.602 (R\$ 27.662 em 2017) em 02 de junho de 2018;
- Resgate dos juros das cotas subordinadas no montante de R\$2.345 (R\$4.911 em 2017) líquido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 305 (R\$ 589 em 2017) em 01 de agosto de 2018, com o objetivo de manter a proporcionalidade das cotas subordinadas após a amortização anual da rentabilidade das cotas seniores.

Em 05 de setembro de 2018, foi realizada a 42ª Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, na qual foi deliberado pelo vencimento antecipado do Fundo e o resgate total das cotas seniores.

Posteriormente, em 05 de dezembro de 2018 foi realizada a 44ª Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, na qual foi aprovado o resgate total das cotas seniores naquela data e a deliberação do resgate total das cotas subordinadas em 21 de dezembro de 2018, podendo inclusive ser efetuado com a entrega, em dação de pagamento ao resgate das cotas subordinadas, de direitos creditórios pelo seu valor contábil no Fundo, nos termos previstos no Regulamento.

Dessa forma, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018, aconteceram amortizações extraordinárias perfazendo o total das cotas seniores no valor de total de R\$ 143.983 (R\$ 45.121 em 2017), bem como foi efetuado o resgate total das cotas subordinadas no montante de R\$ 19.374 (R\$ 9.600 em 2017), líquido do imposto de renda retido na fonte de R\$ 2.538 (R\$ 1.200 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, data posterior à liquidação total do Fundo, a Sociedade não detinha mais saldo de cotas subordinadas (295 cotas com valor unitário de R\$ 75.897 em 31 de dezembro de 2017) e conseqüentemente nenhum saldo na rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante (R\$ 22.390 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo não possuía mais nenhum saldo remanescente não alocado na aquisição de direitos creditórios (R\$ 2.416 em 2017).

## 7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contas a receber de clientes	414.583	295.994	420.420	316.788
Contas a receber cedidas - Martins FIDC (i)	-	169.271	-	169.271
Partes relacionadas (nota explicativa 10.a)	1.170	16.717	583	826
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (c)	(1.393)	(2.124)	(1.918)	(2.363)
<b>Total</b>	<b>414.360</b>	<b>479.858</b>	<b>419.085</b>	<b>484.522</b>

(i) A Sociedade realizava operações de cessão de seus direitos creditórios representados substancialmente por suas vendas a prazo, através do Martins FIDC, conforme descrito na nota explicativa nº 6. O saldo apresentado está líquido da provisão para perdas já registradas no Fundo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.073. Em 21 de dezembro de 2018 o Fundo foi liquidado conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

(a) Os saldos a receber por idade de vencimento, exceto Martins FIDC, dos títulos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
A vencer	388.198	301.679	394.054	306.994
<b>Vencidos:</b>				
Até 30 dias	23.636	7.659	23.030	7.247
Até 60 dias	1.472	866	1.472	866
Até 90 dias	663	605	663	605
Até 180 dias	1.518	1.424	1.518	1.424
Acima de 180 dias	266	478	266	478
<b>Total</b>	<b>415.753</b>	<b>312.711</b>	<b>421.003</b>	<b>317.614</b>

- (b) Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos cedidos ao Martins FIDC em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
A vencer	-	154.004
<b>Vencidos:</b>	-	-
Até 30 dias	-	10.737
Até 60 dias	-	578
Até 90 dias	-	531
Até 180 dias	-	1.173
Acima de 180 dias	-	2.248
<b>Total</b>	-	169.271

- (c) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber  
A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber', está divulgada na nota explicativa 21.

### **Mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes**

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir. Os valores comparativos para 2017 representam a conta de provisão para perda por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 38.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo em 1º de janeiro conforme CPC 38</b>	(2.124)	(2.708)	(2.363)	(2.806)
Ajustes na aplicação inicial do CPC 48	971	-	971	-
<b>Saldo em 1º de janeiro conforme CPC 48</b>	(1.153)	(2.708)	(1.392)	(2.806)
Valores baixados	2.942	5.309	3.585	5.846
Reavaliação líquida de provisão de perda	(3.182)	(4.725)	(4.111)	(5.403)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	(1.393)	(2.124)	(1.918)	(2.363)

### **Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por risco de crédito:**

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada
Altíssimo	0,75%	18.337	(138)	(195)	0,75%	18.337	(138)	(370)
Alto	0,70%	44.235	(310)	(437)	0,70%	44.235	(310)	(395)
Médio	0,30%	45.185	(135)	(191)	0,30%	45.185	(135)	(172)
Baixo	0,10%	133.622	(134)	(188)	0,10%	133.622	(134)	(171)
Baixíssimo	0,10%	95.011	(95)	(134)	0,10%	95.011	(95)	(121)
Sem classificação	0,25%	4.845	(12)	(17)	0,25%	4.845	(12)	(15)
Clientes de serviços	25,28%	2.251	(569)	(962)	14,58%	7.501	(1.094)	(1.119)
Cartão de crédito (*)	0,00%	72.267	-	-	0,00%	72.267	-	-
<b>Total</b>	-	415.753	(1.393)	(2.124)	-	421.003	(1.918)	(2.363)

(\*) Referem-se a vendas por cartão de crédito e *marketplace*, cujo o risco não é da Sociedade

**Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por faixa de vencimento:**

	<b>Controladora</b>					
	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>
A vencer	0,18%	388.198	(702)	0,00%	301.679	-
Vencido até 30 dias	0,42%	23.636	(100)	0,00%	7.659	-
Vencido até 60 dias	24,39%	1.472	(359)	56,81%	866	(492)
Vencido até 90 dias	7,84%	663	(52)	56,69%	605	(343)
Vencido até 180 dias (*)	11,66%	1.518	(177)	56,95%	1.424	(811)
Vencido acima de 180 dias (*)	1,13%	266	(3)	100,00%	478	(478)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>415.753</b>	<b>(1.393)</b>	<b>-</b>	<b>312.711</b>	<b>(2.124)</b>
	<b>Consolidado</b>					
	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>
A vencer	0,31%	394.054	(1.227)	0,00%	306.994	0
Vencido até 30 dias	0,43%	23.030	(100)	0,00%	7.247	0
Vencido até 60 dias	24,39%	1.472	(359)	65,13%	866	(564)
Vencido até 90 dias	7,84%	663	(52)	65,12%	605	(394)
Vencido até 180 dias (*)	11,66%	1.518	(177)	65,10%	1.424	(927)
Vencido acima de 180 dias (*)	1,13%	266	(3)	100,00%	478	(478)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>421.003</b>	<b>(1.918)</b>	<b>-</b>	<b>317.614</b>	<b>(2.363)</b>

(\*) A Sociedade estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do *aging*) por faixa ou *cluster* de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Sociedade. O Contas a receber da Sociedade tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 34 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Sociedade interpreta que possui um índice de recuperabilidade significativo, mesmo para aqueles créditos vencidos acima de 180 dias, para os quais a Sociedade entende que não há um aumento significativo no risco de crédito.

Para mais informações sobre a política de risco de crédito veja nota explicativa nº 21.

## 8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Mercadorias para revenda	661.770	575.921	668.053	589.315
Veículos para revenda	-	-	-	31
Mercadorias em trânsito	5.642	1.042	5.642	1.042
Almoxarifado	469	479	713	1.698
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(4.691)	(9.891)	(4.932)	(10.197)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	(4.690)	(1.586)	(4.690)	(1.586)
<b>Total</b>	<b>658.500</b>	<b>565.965</b>	<b>664.786</b>	<b>580.303</b>

(\*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Saldos no início do exercício	(1.586)	(2.802)	(1.586)	(2.802)
Adições	(4.398)	(2.117)	(4.398)	(2.117)
Baixas	1.294	3.333	1.294	3.333
Saldos no fim do exercício	(4.690)	(1.586)	(4.690)	(1.586)

## 9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Circulante:</b>				
ICMS (*)	42.339	47.711	42.348	48.058
ICMS-ST	4.582	1.986	4.582	1.986
PIS e COFINS	6.523	499	9.405	2.724
IRPJ e CSLL antecipados	2.306	1.238	2.778	2.342
IRPJ e CSLL anos anteriores	2.976	1.613	3.325	1.619
Outros	229	561	232	930
<b>Total</b>	<b>58.955</b>	<b>53.608</b>	<b>62.670</b>	<b>57.659</b>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Não circulante:</b>				
ICMS (*)	70.852	46.852	71.095	47.095
Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (a)	<u>(11.513)</u>	<u>(13.782)</u>	<u>(11.756)</u>	<u>(14.025)</u>
<b>Total</b>	<u>59.339</u>	<u>33.070</u>	<u>59.339</u>	<u>33.070</u>

(\*) O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:

(i) **Filial Uberlândia - MG**

Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 9%.

Em 23 de dezembro de 2015, a Sociedade firmou Autorização Provisória com prazo de vigência indefinida, de nova forma de tributação de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais, o imposto passou a ser calculado à alíquota média de 12% sobre o preço médio ponderado de aquisição das mercadorias nacionais e 4% sobre o preço das mercadorias importadas ou com conteúdo de importação superior a 40%, recebidos de outros Estados. Com esta nova sistemática, a alíquota média de saída de ICMS no Estado de Minas Gerais sofreu uma redução na ordem de 2 p.p., passando de 13% no ano de 2015 para 11% em 2016.

Em 14 de dezembro de 2016, a Sociedade foi comunicada pela Secretária da Fazenda do Estado de Minas Gerais que a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 12% para 15% a partir de janeiro de 2017.

Em abril de 2017, a Sociedade iniciou suas operações no novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, para atender as regiões centro-oeste, norte e parte do sudeste. Com esta nova descentralização das operações, a Administração e seus consultores legais, esperava que o saldo credor de ICMS pudesse ser realizado, no entanto, em razão de políticas comerciais de alguns fornecedores, parte do abastecimento da Unidade de Hidrolândia continua sendo realizada por meio de transferência da Unidade de Uberlândia.

Com isso, o saldo credor de ICMS voltou a aumentar, a Administração da Sociedade, no dia 16 de novembro de 2018, protocolou um pedido de solicitação de alteração do Regime Especial de ICMS/ST no Estado de Minas Gerais, no qual a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 4% para 18% e 25% e de 15% para 18% e 25%.

O pedido de alteração do Regime Especial encontra-se em análise na Superintendência de Tributação da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, está previsto à finalização das análises em fevereiro de 2019. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende que é provável o deferimento do pedido de alteração do regime.

A partir de deferimento do Regime Especial a Administração concluiu que o saldo credor de ICMS com as operações próprias será recuperado conforme demonstrado a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2019	31.230
2020	36.794
2021	<u>2.700</u>
<b>Total</b>	<u><u>70.724</u></u>

(ii) **Filial João Pessoa - PB**

Na transferência de mercadorias da filial localizada no Estado da Paraíba para o Estado do Rio Grande do Norte é exigida a antecipação do imposto, gerando crédito de ICMS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é na ordem de R\$3.004 (R\$5.715 em 31 de dezembro de 2017). Com a inclusão de telefonia e eletroeletrônico no portfólio da filial e aumento das vendas interestaduais o saldo credor começou a realizar. A Administração da Sociedade estima que durante o exercício de 2019 este saldo possa ser totalmente realizado.

(iii) **Filial Brasília - DF**

No Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar, no montante de R\$19.249. Este crédito será liquidado com o saldo de ICMS a pagar no montante de R\$14.007, por ocasião da liquidação do empréstimo com o Banco BRB na ordem de R\$5.857, para o qual existe um depósito em caução de R\$615. A administração da Sociedade aguarda o edital de publicação do leilão.

**a. Provisão para perdas líquidas com créditos de ICMS**

Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.513 (R\$ 13.782 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e de R\$ 11.756 (R\$ 14.025 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, a qual, em 31 de dezembro de 2018, corresponde a 11% (15% em 31 de dezembro de 2017) na controladora e 11% (15% em 31 de dezembro de 2017) no consolidado do montante desses créditos.

Movimentação das perdas líquidas com crédito de ICMS:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Saldos no início do exercício	(13.782)	(14.128)	(14.025)	(14.371)
Perdas líquidas por não realização de créditos revertidas no exercício	2.269	346	2.269	346
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<u>(11.513)</u>	<u>(13.782)</u>	<u>(11.756)</u>	<u>(14.025)</u>

## 10 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora da Sociedade é a Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), sendo a controladora final a Almar Participações S.A.

### b. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços e aplicações financeiras, e ocorrem conforme acordo entre as partes. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora												Total
	31/12/18												
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM-PE	Outros	
<b>Saldos:</b>													
Contas-correntes	-	-	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77
Aplicações financeiras	-	-	46962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.962
Contas a receber	1	1	518	9	80	6	130	238	54	66	1	66	1.170
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	25
Aluguéis a pagar	-	(1.531)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.531)
Contas a pagar	-	-	-	-	-	(1.290)	(1.134)	(1.226)	(78)	(923)	(3)	-	(4.654)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-	-	1.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.080)	(387)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.467)
<b>Transações:</b>													
Venda de mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.508	-	11.508
Receitas financeiras	-	-	2.870	68	-	-	-	-	-	-	-	-	2.938
Receita de aluguel	-	-	-	-	409	-	-	-	-	-	-	-	409
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(21.585)	(34.616)	(33.619)	(4.122)	(29.023)	-	-	(122.965)
Despesas com aluguel de imóveis	-	(16.368)	(40)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.408)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>													
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(8.903)	(568)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.471)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.586)	(5.586)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	8.584	-	642	-	-	309	-	9.535

(\*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

Controladora													
31/12/17													
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM-PE	Outros	Total
<b>Saldos:</b>													
Contas-correntes	-	-	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Aplicações financeiras	-	-	85.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.590
Contas a receber	2	1	603	16	1280	17	90	83	29	68	14.329	199	16.717
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	1.500	-	-	-	-	-	1.000	-	2.500
Aluguéis a pagar	-	(1.217)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.217)
Contas a pagar	-	-	(266)	-	-	(763)	(1.097)	(1.502)	(187)	(1.144)	(317)	-	(5.276)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.158	-	567	75	718	309	-	2.827
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(8.903)	(568)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.471)
<b>Transações:</b>													
Venda de mercadorias	-	-	-	-	1.799	-	-	-	-	-	91.762	-	93.561
Receitas financeiras	-	-	8.333	49	-	-	-	-	-	-	-	-	8.382
Receita de aluguel	-	-	-	-	471	-	-	-	-	-	-	-	471
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(18.833)	(42.195)	(34.235)	(7.969)	(23.299)	-	-	(126.531)
Despesas com aluguel de imóveis	-	(15.889)	(28)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.917)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>													
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(10.573)	(675)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.248)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.257)	(6.257)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	6.492	9.499	3.400	3.199	3.030	-	-	25.620

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

<b>Consolidado</b>						
<b>31/12/18</b>						
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Farma Service</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>						
Contas-correntes	-	-	192	-	-	192
Aplicações financeiras	-	-	59.658	-	-	59.658
Contas a receber	1	1	518	9	54	583
Aluguéis a pagar	-	(1.531)	-	-	-	(1.531)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.080)	(387)	-	-	(5.001)	(11.468)
<b>Transações:</b>						
Receitas financeiras	-	-	3.492	68	-	3.560
Despesas com aluguel de imóveis	-	(16.368)	(40)	-	-	(16.408)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.903)	(568)	-	-	(5.662)	(15.133)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(5.586)	(5.586)
<b>Consolidado</b>						
<b>31/12/17</b>						
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Farma Service</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>						
Contas-correntes	-	-	147	-	-	147
Aplicações financeiras	-	-	104.742	-	-	104.742
Contas a receber	2	1	603	28	192	826
Créditos com Partes Relacionadas	-	-	-	2.057	-	2.057
Aluguéis a pagar	-	(1.217)	-	-	-	(1.217)
Contas a pagar	-	-	(266)	-	-	(266)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(8.904)	(568)	-	-	(5.070)	(14.542)
<b>Transações:</b>						
Receitas financeiras	-	-	11.494	49	-	11.543
Despesas com aluguel de imóveis	-	(15.889)	(28)	-	-	(15.917)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.573)	(675)	-	-	(7.792)	(19.040)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(6.257)	(6.257)

**c. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Honorários do Conselho de Administração	3.944	3.639	3.944	3.639
Honorários da Diretoria	3.759	3.830	4.001	4.270
<b>Total</b>	<b>7.703</b>	<b>7.469</b>	<b>7.945</b>	<b>7.909</b>

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2018 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

## 11 Investimentos

### a. Informações e movimentação dos investimentos

31/12/18										
Controladas	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Total
Participação total no capital social	99,94%	61,84%	99,95%	99,99%	99,99%	99,96%	99,98%	94,23%	99,99%	-
Patrimônio líquido	7.316	16	1.488	13.047	15.672	935	7.292	119	3803	-
Resultado do exercício	16.343	(144)	(512)	(275)	259	(1.852)	1.358	(35)	(10.413)	-
<b>Movimentação</b>										
Saldo inicial	3.612	1.138	999	9.518	14.140	3.785	9.304	146	7.065	49.707
Aporte de capital	-	-	-	2.300	-	-	-	-	4.152	6.452
Integralização de capital com AFAC	-	-	1.000	-	-	-	-	-	3.000	4.000
Aumento de capital social com bens	159	-	-	1.503	1.270	-	629	-	-	3.561
Redução de capital	-	(1.039)	-	-	-	(1.000)	(3.500)	-	-	(5.539)
Resultado de equivalência patrimonial	16.334	(89)	(512)	(275)	259	(1.851)	1.358	(33)	(10.413)	4.778
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(5.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.586)
Distribuição de lucros	(7.207)	-	-	-	-	-	(500)	-	-	(7.707)
	<u>7.312</u>	<u>10</u>	<u>1.487</u>	<u>13.046</u>	<u>15.669</u>	<u>934</u>	<u>7.291</u>	<u>113</u>	<u>3.804</u>	<u>49.666</u>
<b>Outros</b>										<u>53</u>
<b>Total</b>										<u>49.719</u>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

31/12/17

Controladas	Martins							Martins	MD	Total
	MIL	Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Caminhões	Distribuição	
Participação total no capital social	99,94%	61,84%	99,90%	99,99%	99,99%	99,97%	99,99%	94,23%	99,99%	-
Patrimônio líquido	3.613	1.840	1.000	9.518	14.143	3.787	9.305	155	7.065	-
Resultado do exercício	12.610	131	309	7.321	2.917	1.025	1.898	(1)	(2.747)	-
<b>Movimentação</b>										
Saldo inicial	3.613	1.056	-	13.619	14.167	10.477	9.297	146	3.212	55.587
Aporte de capital	8	-	999	-	-	-	-	50	6.600	7.657
Redução de Capital	-	-	-	(4.000)	-	(7.000)	-	-	-	(11.000)
Resultado de equivalência patrimonial	12.604	82	309	7.398	2.890	1.333	1.905	(1)	(2.747)	23.773
Ganho (Perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(6.257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.257)
Distribuição de lucros	(6.356)	-	(309)	(7.499)	(2.917)	(1.025)	(1.898)	-	-	(20.004)
	<u>3.612</u>	<u>1.138</u>	<u>999</u>	<u>9.518</u>	<u>14.140</u>	<u>3.785</u>	<u>9.304</u>	<u>146</u>	<u>7.065</u>	<u>49.707</u>
<b>Outros</b>										<u>53</u>
<b>Total</b>										<u>49.760</u>

**b. Outras informações relevantes sobre os investimentos**

**(i) *Martins Veículos***

A Martins Veículos Uberlândia Ltda. foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

**(ii) *MIL***

A Martins Integração Logística Ltda. foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, transporte rodoviário de cargas em geral, a armazenagem e a paletização de cargas.

**(iii) *SLIM-MG***

A Martins URN - MG Distribuidora Ltda. foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

**(iv) *SLIM - GO***

A Martins URN-GO Distribuição Ltda. foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

**(v) *SLIM - SP***

A Martins SP Distribuição Ltda. foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

**(vi) *SLIM - Nordeste***

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

**(vii) *MD Distribuição***

A MD Distribuição e Serviços Ltda. foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

**(viii) *CMD-PE***

A CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. foi constituída em 03 de janeiro de 2017, com sede em Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

### c. Principais informações das controladas

	31/12/18								
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição
Ativo total	18.087	53	1.514	20.642	19.554	1.745	12.445	119	10.035
Passivos total	10.771	37	26	7.595	3.882	810	5.153	-	6.232
Patrimônio líquido	7.316	16	1.488	13.047	15.672	935	7.292	119	3.803
Receita líquida	34.766	43	11.268	30.913	29.540	3.295	23.444	-	32.942
Lucro (prejuízo) do exercício	16.343	(144)	(512)	(275)	259	(1.852)	1.358	(35)	(10.413)

  

	31/12/17								
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição
Ativo total	12.827	1.864	18.049	15.552	18.031	4.847	13.314	155	21.073
Passivos total	9.214	24	17.049	6.034	3.888	1.060	4.009	-	14.009
Patrimônio líquido	3.613	1.840	1.000	9.518	14.143	3.787	9.305	155	7.064
Receita líquida	27.445	683	94.523	37.619	29.128	6.357	21.607	-	24.829
Lucro (prejuízo) do exercício	12.610	131	309	7.321	2.917	1.025	1.898	(1)	(2.747)

## 12 Imobilizado

	Taxa (i) - %	Controladora					
		31/12/18			31/12/17		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,60	9.575	(6.731)	2.844	9.575	(6.378)	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	17,84	7.202	(5.152)	2.050	8.505	(6.523)	1.982
Máquinas e equipamentos	12,18	61.435	(43.607)	17.828	63.141	(42.910)	20.231
Equipamentos de informática	44,40	37.201	(32.904)	4.297	37.424	(32.379)	5.045
Veículos de transporte e apoio	12,87	29.769	(28.245)	1.524	41.670	(35.126)	6.544
Móveis e utensílios	15,58	5.416	(4.399)	1.017	5.740	(4.869)	871
Outros	16,03	20.739	(17.732)	3.007	18.306	(17.584)	722
Imobilizado em andamento (ii)	-	183	-	183	949	-	949
<b>Total</b>		<u>171.648</u>	<u>(138.770)</u>	<u>32.878</u>	<u>185.438</u>	<u>(145.769)</u>	<u>39.669</u>

  

	Taxa (i) - %	Consolidado					
		31/12/18			31/12/17		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,60	9.575	(6.731)	2.844	9.575	(6.378)	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	17,84	7.997	(5.256)	2.741	8.957	(6.550)	2.407
Máquinas e equipamentos	12,18	67.158	(44.751)	22.407	66.906	(43.799)	23.107
Equipamentos de informática	44,40	37.728	(33.069)	4.659	37.836	(32.460)	5.376
Veículos de transporte e apoio	12,87	91.443	(51.036)	40.407	90.008	(53.168)	36.840
Móveis e utensílios	15,58	5.516	(4.449)	1.067	5.855	(4.922)	933
Outros	16,03	20.743	(17.733)	3.010	18.311	(17.585)	726
Imobilizado em andamento (ii)	-	183	-	183	3.471	-	3.471
<b>Total</b>		<u>240.471</u>	<u>(163.025)</u>	<u>77.446</u>	<u>241.047</u>	<u>(164.862)</u>	<u>76.185</u>

(ii) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(iii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

<b>Controladora</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>(Impairment) reversão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	3.197	-	-	-	(353)	-	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.982	10	760	(72)	(630)	-	2.050
Máquinas e equipamentos	20.231	8	3.069	(1.055)	(4.692)	267	17.828
Equipamentos de informática	5.045	11	3.244	(36)	(3.967)	-	4.297
Veículos de transporte e apoio(i)	6.544	-	288	(3.535)	(1.773)	-	1.524
Móveis e utensílios	871	-	344	(16)	(287)	105	1.017
Outros	722	-	1.450	-	(729)	1.564	3.007
Imobilizado em andamento	949	-	1.170	-	-	(1.936)	183
<b>Total</b>	<b>39.669</b>	<b>29</b>	<b>10.325</b>	<b>(4.714)</b>	<b>(12.431)</b>	<b>-</b>	<b>32.878</b>

<b>Controladora</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/16</b>	<b>(Impairment) reversão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>
Terrenos	136	-	-	(8)	-	-	128
Edificações	3.364	-	178	-	(351)	6	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.139	17	494	(211)	(643)	1.186	1.982
Máquinas e equipamentos	20.452	-	1.981	(550)	(4.711)	3.059	20.231
Equipamentos de informática	5.394	-	4.092	(50)	(4.763)	372	5.045
Veículos de transporte e apoio(i)	10.169	-	973	(2.328)	(2.274)	4	6.544
Móveis e utensílios	1.097	-	30	(45)	(221)	10	871
Outros	1.396	-	-	(64)	(610)	-	722
Imobilizado em andamento	5	-	6.541	(960)	-	(4.637)	949
<b>Total</b>	<b>43.152</b>	<b>17</b>	<b>14.289</b>	<b>(4.216)</b>	<b>(13.573)</b>	<b>-</b>	<b>39.669</b>

(i) As baixas referem-se ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

<b>Consolidado</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>(Impairment) reversão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	3.197	-	-	-	(353)	-	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.407	10	1.116	(84)	(708)	-	2.741
Máquinas e equipamentos	23.107	8	3.391	(1.604)	(5.321)	2.826	22.407
Equipamentos de informática	5.376	11	3.403	(56)	(4.075)	-	4.659
Veículos de transporte e apoio	36.840	-	11.923	(869)	(7.521)	-	40.407
Móveis e utensílios	933	-	356	(22)	(305)	105	1.067
Outros	726	-	1.451	-	(731)	1.564	3.010
Imobilizado em andamento	3.471	-	1.241	-	-	(4.529)	183
<b>Total</b>	<b>76.185</b>	<b>29</b>	<b>22.881</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(19.014)</b>	<b>-</b>	<b>77.446</b>

<b>Consolidado</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/16</b>	<b>(Impairment) reversão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>
Terrenos	136	-	-	(8)	-	-	128
Edificações	3.364	-	178	-	(351)	6	3.197
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.156	17	816	(216)	(665)	1.299	2.407
Máquinas e equipamentos	20.765	-	2.739	(648)	(4.937)	5.188	23.107
Equipamentos de informática	5.406	-	4.239	(50)	(4.803)	584	5.376
Veículos de transporte e apoio	44.152	-	4.665	(4.185)	(7.879)	87	36.840
Móveis e utensílios	1.134	-	60	(49)	(231)	19	933
Outros	1.401	-	-	(63)	(612)	-	726
Imobilizado em andamento	1.422	572	11.657	(2.997)	-	(7.183)	3.471
<b>Total</b>	<b>78.936</b>	<b>589</b>	<b>24.354</b>	<b>(8.216)</b>	<b>(19.478)</b>	<b>-</b>	<b>76.185</b>

**a. Revisão e ajuste da vida útil estimada**

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**b. Provisão para redução ao valor recuperável**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível apresentaram os seguintes resultados demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>				
	<b>31/12/16</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/17</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/18</b>
<b>Filial:</b>					
Jaboatão dos Guararapes - PE	-	-	-	-	-
e-Fácil - MG (i)	3.608	-	3.608	-	3.608
Guarulhos - SP	29	(17)	12	(12)	-
Itatiaia - RJ	17	-	17	(17)	-
Cachoerinha - RS	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<u>3.654</u>	<u>(17)</u>	<u>3.637</u>	<u>(29)</u>	<u>3.608</u>
	<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/16</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/17</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/18</b>
<b>Filial:</b>					
e-Fácil - MG (i)	3.608	-	3.608	-	3.608
Guarulhos - SP	29	(17)	12	(12)	-
Itatiaia - RJ	17	-	17	(17)	-
Ativos da Controlada SLIM-GO (ii)	<u>572</u>	<u>(572)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>4.226</u>	<u>(589)</u>	<u>3.637</u>	<u>(29)</u>	<u>3.608</u>

(i) Refere-se a sistemas aplicativos do Efacil

(ii) Refere-se a baixa de imobilizado com perdas permanente.

**c. Bens dados em garantia e penhora**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imóveis	1	1
Veículos	57	80
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>81</b>

## 13 Intangível

<b>Controladora</b>							
<b>31/12/2018</b>				<b>31/12/2017</b>			
	<b>Taxa (i) - %</b>	<b>Amortização</b>		<b>Amortização</b>			
		<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Sistema de processamento de dados	18,91	76.781	(61.371)	15.410	70.419	(55.195)	15.224
Marcas e patentes	8,58	960	(553)	407	796	(504)	292
Intangível em andamento (ii)	-	1.386	-	1.386	1.979	-	1.979
Outros	-	-	-	-	10	-	10
<b>Total</b>		<b>79.127</b>	<b>(61.924)</b>	<b>17.203</b>	<b>73.204</b>	<b>(55.699)</b>	<b>17.505</b>
<b>Consolidado</b>							
<b>31/12/2018</b>				<b>31/12/2017</b>			
	<b>Taxa (i) - %</b>	<b>Amortização</b>		<b>Amortização</b>			
		<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Sistema de processamento de dados	18,91	77.488	(61.616)	15.872	71.041	(55.312)	15.729
Marcas e patentes	8,58	960	(553)	407	795	(503)	292
Intangível em andamento (ii)	-	1.389	-	1.389	1.980	-	1.980
Outros	-	-	-	-	10	-	10
<b>Total</b>		<b>79.837</b>	<b>(62.169)</b>	<b>17.668</b>	<b>73.826</b>	<b>(55.815)</b>	<b>18.011</b>

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.
- (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

<b>Controladora</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
Sistema de processamento de dados	15.224	2.590	-	(6.211)	3.807	15.410
Marcas e patentes	292	69	-	(53)	99	407
Intangível em andamento	1.979	3.315	(2)	-	(3.906)	1.386
Outros	10	-	(10)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.505</b>	<b>5.974</b>	<b>(12)</b>	<b>(6.264)</b>	<b>-</b>	<b>17.203</b>

<b>Controladora</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/16</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>
Sistema de processamento de dados	12.655	1.730	(7)	(5.647)	6.493	15.224
Marcas e patentes	284	55	-	(47)	-	292
Intangível em andamento	5.882	2.590	-	-	(6.493)	1.979
Outros	10	-	-	-	-	10
<b>Total</b>	<b>18.831</b>	<b>4.375</b>	<b>(7)</b>	<b>(5.694)</b>	<b>-</b>	<b>17.505</b>

<b>Consolidado</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
Sistema de processamento de dados	15.729	2.691	(2)	(6.353)	3.807	15.872
Marcas e patentes	292	68	-	(52)	99	407
Intangível em andamento	1.980	3.317	(2)	-	(3.906)	1.389
Outros	10	-	(10)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.011</b>	<b>6.076</b>	<b>(14)</b>	<b>(6.405)</b>	<b>-</b>	<b>17.668</b>

<b>Consolidado</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/16</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>
Sistema de processamento de dados	12.869	1.885	(6)	(5.740)	6.721	15.729
Marcas e patentes	284	55	-	(47)	-	292
Intangível em andamento	5.882	2.819	-	-	(6.721)	1.980
Outros	10	-	-	-	-	10
<b>Total</b>	<b>19.045</b>	<b>4.759</b>	<b>(6)</b>	<b>(5.787)</b>	<b>-</b>	<b>18.011</b>

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment test”, ver nota explicativa nº 4.i.

## 14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de mercadorias	768.129	743.604	771.093	754.151
Fornecedores de serviços e consumo	13.064	19.415	20.742	21.536
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 10.b)	6.185	6.227	1.531	1.217
<b>Total</b>	787.378	769.246	793.366	776.904

## 15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização, e de debêntures não conversíveis em ações. Para mais informações sobre a exposição da Sociedade a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Arrendamento mercantil (a):						
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	-	2.497	5.225
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	-	49	97
Rabobank - FIDC (b)	109,5% do CDI	21/12/18	-	169.123	-	149.150
Banco Santander S/A - conta garantida	100% do CDI + 2,43 a.a.	27/02/19	-	-	2.013	-
Banco Regional de Brasília (c)	1,21% a.a.	10/03/68	5.857	4.848	5.857	4.848
Debêntures (d)	109,32% do CDI	04/10/23	201.848	-	201.848	-
<b>Total</b>			207.705	173.971	212.264	159.320
Passivo circulante			2.830	-	7.389	2.723
Passivo não circulante			204.875	173.971	204.875	156.597
<b>Total</b>			207.705	173.971	212.264	159.320

- (a) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (b) O Martins FIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição dos direitos creditórios de clientes da Sociedade. O Fundo adquire diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo. O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 169.271. O Fundo foi liquidado em 21 de dezembro de 2018 conforme nota explicativa nº 6.

- (c) Banco Regional de Brasília - contrato firmado conforme as disposições do capítulo III da Lei nº 3.196, de 20 de setembro de 2003, que institui e regula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DF II, alterada pelas Leis nº 3.273, de 31 de dezembro de 2003, e nº 3.587, de 12 de abril de 2005, complementada pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e em conformidade também com as disposições dos Decretos nº 24.430, de 2 de março de 2004, e nº 28.852, de 12 de março de 2008. Foi efetuada aplicação financeira no Banco de Brasília no montante de R\$ 615 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2017), que é objeto de garantia do financiamento do FUNDEF, a qual será resgatada na quitação do mesmo. As características do benefício e as condições de utilização estão destacadas na nota explicativa nº 16.a).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras.

- (d) Debêntures  
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2018, os acionistas da Sociedade autorizaram a Administração a promover a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Sociedade. A garantia real foi devidamente constituída, mediante o registro do contrato de cessão fiduciária dos recebíveis da Sociedade até o limite do saldo devedor das debêntures.

No dia 04 de outubro de 2018, foram emitidas o total de 20.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 10.000, com subscrição integral no valor total de R\$ 200.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencimento em 04 de outubro de 2023.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão e serão devidas sempre no dia 04 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer em 04 de abril de 2019.

A amortização do principal, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado facultativo, nos termos previsto na escritura, são apresentados a seguir:

Parcelas	Data amortização das debêntures	Percentual amortizado do valor nominal unitário	Valor das parcelas
1ª	04/10/2021	33,33%	66.667
2ª	04/10/2022	33,33%	66.666
3ª	04/10/2023	33,34%	66.667
			200.000

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor unitário das debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 109,32% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas (“covenants”), contemplando cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, sendo “Índices Financeiros” entendidos como Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5.

A definição de “Dívida Líquida” e “EBITDA, são as seguintes:

- Dívida líquida - soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo caixa e equivalentes de caixa, e
- EBITDA - lucro ou prejuízo líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização, e o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

Os recursos obtidos por meio desta Emissão, serão destinados a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, alongamento e substituição de dívidas com tal finalidade e realização de investimentos em geral, sempre dentro do objeto social.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	<b>31/12/18</b>
Recursos captados	200.000
Encargos financeiros	3.091
Custos de emissão	(1.307)
Amortização de custo	64
<b>Total</b>	<b>201.848</b>
Circulante	2.830
Não circulante	199.018
<b>Total</b>	<b>201.848</b>

(\*) os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados no mesmo prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

### **Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Saldo inicial</b>	<b>173.971</b>	<b>226.734</b>	<b>159.320</b>	<b>211.632</b>
Captação de debêntures	200.000	-	200.000	-
Captação de empréstimos	879	4.848	4.304	4.848
Pagamento de principal	-	(1.948)	(3.947)	(4.472)
Pagamento de juros	-	(20)	(497)	(662)
Juros provisionados (i)	130	16	386	409
Encargos financeiros debêntures	3.155	-	3.155	-
Custos de emissão debêntures	(1.307)	-	(1.307)	-
Saldo remanescente FIDC não utilizado (ii)	-	-	19.973	3.224
Rentabilidade líquida do FIDC	10.181	31.635	10.181	31.635
Amortização de cotas subordinadas FIDC	(21.719)	(14.511)	(21.719)	(14.511)
Amortização de cotas seniores FIDC	(157.585)	(72.783)	(157.585)	(72.783)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Saldo Final</b>	<b>207.705</b>	<b>173.971</b>	<b>212.264</b>	<b>159.320</b>

- (i) Os juros provisionados foram apresentados no fluxo de caixa como “Juros e variações monetárias líquidos” em que foram somados às variações monetárias e juros de transações não relacionadas à empréstimos.
- (ii) A movimentação do saldo remanescente do FIDC não afeta fluxo de caixa.

## 16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (a)	31.549	32.475	32.467	33.479
ICMS parcelado (b)	2.171	2.745	2.171	2.745
IRRF	2.920	2.840	3.021	2.969
COFINS (c)	120	964	907	1.545
PIS (c)	26	171	197	297
IRPJ/CSLL parcelados (d)	-	1.782	-	1.782
Imposto Sobre Serviços - ISS	154	207	308	331
Outros impostos, taxas e contribuições	679	499	1.018	838
<b>Total</b>	<b>37.619</b>	<b>41.683</b>	<b>40.089</b>	<b>43.986</b>
Circulante	22.027	39.450	24.497	41.753
Não circulante	15.592	2.233	15.592	2.233
<b>Total</b>	<b>37.619</b>	<b>41.683</b>	<b>40.089</b>	<b>43.986</b>

(a) **ICMS a pagar.**

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2018 no montante de R\$ 13.852 relativo ao ano de 2013 e 2014 (R\$ 12.153 em 2016 relativo aos anos de 2012 e 2013), que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. Em 30 de junho de 2018, a Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal autorizou o Banco de Brasília - BRB a financiar o saldo de ICMS relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013, no montante de R\$ 881, cumprindo assim os termos do Regime Especial.

(b) **ICMS parcelado**

Em 05 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade obteve junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, Termo de Acordo de Parcelamento de ICMS, objeto de autuação anteriormente lavrado, relativo a diferenças de base de cálculo entre o preço de transferência e o preço praticado internamente. O parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, as quais estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.

(c) **PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos**

Em 2008 a Sociedade entrou com mandado de segurança para exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS e a restituição do indébito. A sentença foi de concessão parcial da ordem, a justiça reconhecendo ser indevido a inclusão do valor do ICMS efetivamente pago na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, e autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos. A União Federal interpôs recursos de apelação à 7ª turma do TRF da 1ª Região, que negou provimento à remessa oficial e ao recurso fazendário e deu provimento à apelação da Sociedade, para deixar consignado que as contribuições para o PIS e a COFINS

devem incidir sobre o faturamento com a exclusão do ICMS da base de cálculo e sem a limitação da sentença quanto aos valores pagos.

A União Federal interpôs os recursos extraordinário e especial, pela denegação da ordem e limitação do comando judicial, para que a exclusão do ICMS seja limitada até a vigência das Leis nº 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003. Ambos recursos foram sobrestados até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, ocorrido em março de 2017, no qual atualmente encontram-se pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos pela União Federal.

Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, o desembargador presidente do TRF-1ª Região negou seguimento aos recursos especial e extraordinário interposto pela União Federal, não obstante, o julgamento individual do processo foi favorável a Sociedade perante o TRF-1ª Região. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda remota para essa demanda, e a partir de março de 2017, passou a excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições.

(d) **IRPJ/CSLL parcelados - PERT**

Em agosto de 2017, a Administração da Sociedade aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) nos termos da Medida Provisória nº 783/17, convertida na Lei 13.496/2017, para pagamento de tributos federais IRPJ e CSLL relacionados a processos administrativos e judiciais, que, no julgamento da Administração e de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, possuem probabilidade de perda provável no montante de R\$2.104 conforme nota explicativa 19, procedendo à desistência das ações administrativas e judiciais e à renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundam as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios da Lei. A administração optou pela modalidade de pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o restante foi liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

## 17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias	20.095	18.007	23.927	21.423
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.346	1.357	1.626	1.640
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.548	6.275	7.027	6.771
Outros	-	32	46	57
<b>Total</b>	<b>27.989</b>	<b>25.671</b>	<b>32.626</b>	<b>29.891</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### a. IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo não circulante:</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	6.891	10.385	6.891	10.385
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.454	15.662	14.454	15.662
Perdas com créditos de ICMS	3.914	4.685	3.914	4.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	473	722	473	722
Provisão para perdas com créditos diversos	213	514	213	514
Perdas e desvalorização dos estoques	1.595	539	1.595	539
Provisão para despesas operacionais diversas	6.178	9.286	6.178	9.286
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	2.121	2.015	2.121	2.015

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2018*

Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	-	(1)	-	(1)
Efeito venda CIF não performada	2.565	-	2.565	-
Efeito devoluções estimada sobre vendas	362	-	362	-
<b>Total</b>	<u>38.766</u>	<u>43.807</u>	<u>38.766</u>	<u>43.807</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade possuía um saldo de prejuízo fiscal no montante de R\$ 21.116 e R\$ 17.914 da base de cálculo negativa da contribuição social (R\$ 31.390 e R\$ 28.186 em 2017, respectivamente).
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	31/12/16	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/17	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para quitação parcelamento	31/12/18
<b>Diferenças temporárias:</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	13.325	(2.940)	10.385	(3.594)	100	6.891
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.096	(434)	15.662	(1.208)	-	14.454
Perdas com créditos de ICMS	4.803	(118)	4.685	(771)	-	3.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	921	(199)	722	(249)	-	473
Provisão para perdas com créditos diversos	609	(95)	514	(301)	-	213
Perdas e desvalorização dos estoques	952	(413)	539	1.056	-	1.595
Participação nos lucros	2.706	(2.706)	-	-	-	-
Provisão para despesas operacionais diversas	6.858	2.428	9.286	(3.108)	-	6.178
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	1.733	282	2.015	106	-	2.121
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(218)	218	-	-	-	-
Efeito venda CIF não performada	-	-	-	2.565	-	2.565
Efeito devoluções estimada sobre vendas	-	-	-	362	-	362
<b>Total</b>	<u>47.785</u>	<u>(3.977)</u>	<u>43.808</u>	<u>(4.942)</u>	<u>100</u>	<u>38.766</u>

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado
2019	10.597
2020	6.111
2021	6.089
2022	7.235
2023	8.734
<b>Total</b>	<u>38.766</u>

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos cinco anos de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente. Considera-se

também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

**b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	40.373	50.177	48.331	56.833
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(13.727)	(17.060)	(16.432)	(19.323)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	6.467	5.266
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(2.821)	(2.381)
Equivalência patrimonial	1.624	8.083	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	1.190	1.020	1.190	1.020
Despesas indedutíveis	(372)	(742)	(823)	(1.079)
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	(799)	(121)	(26)	1.001
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	337	102	(4.195)	32
Outros	(659)	(1.774)	1.005	(1.677)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(12.406)</u>	<u>(10.492)</u>	<u>(15.635)</u>	<u>(17.141)</u>
Correntes	(7.464)	(6.515)	(10.693)	(13.164)
Diferidos	(4.942)	(3.977)	(4.942)	(3.977)
<b>Total</b>	<u>(12.406)</u>	<u>(10.492)</u>	<u>(15.635)</u>	<u>(17.141)</u>
Taxa efetiva	<u>(30,7%)</u>	<u>(20,9%)</u>	<u>(32,35)</u>	<u>(30,2%)</u>

(\*) As empresas controladas Martins Veículos e MIL apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido em 2018, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 3% e 8% respectivamente.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

**19 Provisões para contingências**

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**a. Provisões para perdas prováveis por tipo de risco**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	7.486	11.841	7.652	12.007
Cíveis	13.279	11.861	13.366	11.891
Trabalhistas	21.746	22.362	22.957	22.984
<b>Total</b>	<b>42.511</b>	<b>46.064</b>	<b>43.975</b>	<b>46.882</b>

**b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

	Controladora						31/12/18
	31/12/17	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	11.841	-	(4.683)	(135)	-	463	7.486
Cíveis	11.861	2.297	-	(2.696)	-	1.817	13.279
Trabalhistas	22.362	4.363	(1.820)	(5.408)	-	2.249	21.746
<b>Total não circulante</b>	<b>46.064</b>	<b>6.660</b>	<b>(6.503)</b>	<b>(8.239)</b>	<b>-</b>	<b>4.529</b>	<b>42.511</b>

	Controladora						31/12/17
	31/12/16	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	15.188	45	(2.134)	(185)	(2.104)	1.031	11.841
Cíveis	12.909	1.098	-	(3.719)	-	1.573	11.861
Trabalhistas	20.826	8.016	(2.971)	(6.014)	-	2.505	22.362
<b>Total não circulante</b>	<b>48.923</b>	<b>9.159</b>	<b>(5.105)</b>	<b>(9.918)</b>	<b>(2.104)</b>	<b>5.109</b>	<b>46.064</b>

	Consolidado						31/12/18
	31/12/17	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	12.007	-	(4.683)	(135)	-	463	7.652
Cíveis	11.891	2.384	(28)	(2.701)	-	1.820	13.366
Trabalhistas	22.984	5.150	(1.704)	(5.803)	-	2.330	22.957
<b>Total não circulante</b>	<b>46.882</b>	<b>7.534</b>	<b>(6.415)</b>	<b>(8.639)</b>	<b>-</b>	<b>4.613</b>	<b>43.975</b>

	Consolidado						31/12/17
	31/12/16	Constituição	Reversão	Pagamento	Parcelamento	Atualização monetária	
Tributários	15.354	45	(2.134)	(185)	(2.104)	1.031	12.007
Cíveis	12.939	1.242	-	(3.863)	-	1.573	11.891
Trabalhistas	22.447	8.728	(4.654)	(6.164)	-	2.627	22.984
<b>Total não circulante</b>	<b>50.740</b>	<b>10.015</b>	<b>(6.788)</b>	<b>(10.212)</b>	<b>(2.104)</b>	<b>5.231</b>	<b>46.882</b>

**c. Natureza dos riscos**

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus

consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
  - **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
  - **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.
- d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais**  
 Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Processos cíveis	841	1.789	907	1.855
Processos trabalhistas	8.077	9.375	8.398	9.562
Processos tributários	1.363	1.357	1.368	1.363
<b>Total</b>	<b>10.281</b>	<b>12.521</b>	<b>10.673</b>	<b>12.780</b>

**e. Perdas possíveis**

A Sociedade tem ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 240.584 (R\$ 246.897 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$212.325 de natureza tributária, R\$5.038 de natureza cível e R\$18.835 de natureza trabalhista.

***Processo ICMS - DF***

Em 25 de fevereiro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no montante original de R\$ 174.147, alegando que todas as operações da Sociedade no período de julho de 1998 a junho de 1999 não estavam sob o abrigo do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE e sim sujeitas ao regime normal de apuração do ICMS.

Em 02 de outubro de 2015, a quase totalidade do crédito tributário foi julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal - TARF/DF, como extinta pela decadência. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entendia haver em 2017 uma expectativa de perda possível para o saldo remanescente no montante de R\$ 31.828.

Em 02 de agosto de 2018 o recurso extraordinário foi julgado, com êxito integral, por maioria,

provido e a remessa necessária foi, por unanimidade, desprovida. No dia 28 de agosto de 2018 o acórdão foi aprovado pelo Plenário do TARF/DF, e publicado em 19 de setembro de 2018. No dia 02 de outubro de 2018 a Sociedade recebeu intimação da decisão e, no dia 24 de outubro de 2018, ante o desprovimento do Recurso da Remessa Necessária, o provimento do Recurso Extraordinário da empresa e o trânsito em julgado, o processo foi encerrado.

### ***Processo ICMS - MG***

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 e atualizado para R\$52.983 em 2018, alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

### **b. Reserva legal e de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### **c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2018 e em 2017 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na

variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. O montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 3.500 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2018, como distribuição de dividendos a débito do patrimônio líquido, e em atendimento à legislação fiscal, foi excluído da apuração do Lucro Real.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Lucro líquido do exercício	27.967	39.685
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.992	9.921
<b>O dividendo proposto tem a seguinte composição:</b>		
Juros sobre o capital próprio	3.500	3.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(525)	(450)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	3.492	6.921
Dividendos a pagar	6.467	9.471

**d. Participação não controladora**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
<b>Saldos no início do exercício</b>	16	17
Participação dos não controladores no lucro do exercício	6	7
Alteração de participação de não controladores	(7)	(8)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	15	16

**21 Instrumentos financeiros**

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Sociedade está descrito na Nota explicativa 3. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

### ***Ativos consolidados***

<b>31 de dezembro de 2018</b>		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>		
	Nota	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.205	-	174.205	174.205
Contas a receber	7	419.085	-	419.085	419.085
Depósitos judiciais	19.d	10.673	-	10.673	10.673
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	6	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b><u>603.963</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>603.963</u></b>	<b><u>603.963</u></b>

### ***Passivos consolidados***

<b>31 de dezembro de 2018</b>		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>		
	Nota	<b>Outros passivos financeiros</b>	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros mensurados a custo ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	10.416	-	10.416	10.416
Fornecedores	14	793.366	-	793.366	793.366
Debêntures	15	201.848	-	201.848	201.848
<b>Total</b>		<b><u>1.005.630</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.005.630</u></b>	<b><u>1.005.630</u></b>

### ***Ativos consolidados***

<b>31 de dezembro de 2017</b>		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>		
	Nota	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	141.205	-	141.205	141.205
Contas a receber	7	484.522	-	484.522	484.522
Depósitos judiciais	19.d	12.780	-	12.780	12.780
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	6	2.416	-	2.416	2.416
<b>Total</b>		<b><u>640.923</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>640.923</u></b>	<b><u>640.923</u></b>

**Passivos consolidados**

31 de dezembro de 2017		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros mensurados a custo ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	159.320	-	159.320	159.320
Fornecedores	14	776.904	-	776.904	776.904
<b>Total</b>		<b>936.224</b>	<b>-</b>	<b>936.224</b>	<b>936.224</b>

**b. Mensuração do valor justo**

***Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis***

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 4.

Tipo	Técnica de avaliação	<i>Inputs</i> significativos não-observáveis	<i>Relacionamento entre os</i> <i>inputs significativos não</i> <i>observáveis e mensuração</i> <i>do valor justo</i>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
<b>Outros passivos financeiros</b>	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

**c. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**c.1 Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Sociedade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Sociedade, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Sociedade está exposto. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

**c.2 Gestão do risco de capital**

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(207.705)	(173.971)	(212.264)	(159.320)
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	157.354	120.641	174.205	141.205
Dívida líquida	<u>(50.351)</u>	<u>(53.330)</u>	<u>(38.059)</u>	<u>(18.115)</u>

Patrimônio líquido	395.412	374.437	395.427	374.453
Alavancagem	12,7%	14,2%	9,6%	4,8%

### **c.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	731	584	445	443

#### *Contas a receber*

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Sociedade apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Sociedade adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: segmento de negócio, tempo de fundação, região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de alçadas estabelecida. A Sociedade possui uma carteira de recebíveis na qual 85% dos clientes transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Sociedade monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Sociedade não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, exceto, quando há uma exposição mais relevante. Para estes casos adota-se Termo de Fiança dos sócios ou mesmo seguro de crédito. A Sociedade não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Sociedade ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 7.

**Informações comparativas nos termos do CPC 38/IAS 39**

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas mas não reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17		31/12/2017	
	A vencer sem problema de recuperação	Vencido	A vencer sem problema de recuperação	Vencido
Altíssimo	78.955	462	78.955	462
Alto	30.477	1.115	30.477	1.115
Médio	31.132	1.138	31.132	1.138
Baixo	92.063	3.367	92.063	3.367
Baixíssimo	65.461	2.394	65.461	2.394
Sem Classificação	3.338	122	3.338	122
Cientes de Serviços	1.822	865	6.725	865
	303.248	9.463	308.151	9.463

O contas a receber de clientes reduzido ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 tinha um valor contábil bruto de R\$ 315.251. A provisão para perda por redução ao valor recuperável registrada em 31 de dezembro de 2017 era relacionada a diversos clientes títulos vencidos há mais de 45 dias.

**Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2018**

A Sociedade aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa Experian.

O risco de crédito é calculado por meio do uso do método de *Score* (variáveis comportamentais internas do cliente) e *Rating* (através modelagem de *Behavioral e Application, obtendo-se variáveis comportamentais externas do cliente*) e baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos dezessete anos.

As informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por faixa de vencimento, bem como a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Sociedade detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 174.205 em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 141.205). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Sociedade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

#### **c.4** *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2038	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.673	16.417	84.985	79.700	73.369	5.857	<b>279.001</b>
Fornecedores	793.366	-	-	-	-	-	<b>793.366</b>

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, no montante total de R\$ 65.641, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

#### **c.5** *Riscos de mercado*

##### *Risco com taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$1.448 (R\$3.364 em 2017) referente aquisição de mercadorias importadas.

##### *Risco de taxas de juros*

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, ajustar as taxas de financiamento aos clientes para mitigar estas flutuações. Adicionalmente, a totalidade do saldo de equivalentes de caixa da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas pós fixadas.

### **Análise de sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA. Os efeitos esperados das despesas com juros líquidas de receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos 12 meses são como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I Deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II Deterioração de 50%</b>
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(212.264)	(212.264)	(212.264)
Dívidas à taxa pré-fixada	8.403	8.403	8.403
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	171.860	171.860	171.860
Dívida líquida sujeita à variação do CDI	(32.001)	(32.001)	(32.001)
Taxa do CDI anual em 31/12/2018	6,40%	6,40%	6,40%
Taxa do CDI futura projetada para os próximos 12 meses	6,61%	8,26%	9,92%
<b>Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:</b>			
- Conforme taxa efetiva	(2.048)	(2.048)	(2.048)
- Conforme cenários	(2.115)	(2.644)	(3.173)
Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses	<u>(67)</u>	<u>(596)</u>	<u>(1.125)</u>

#### **d. Instrumentos financeiros derivativos**

No ano-calendário de 2018 e 2017, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

#### **e. Compromissos**

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	348.338	348.338	348.338	348.338

## **22 Plano de suplementação de aposentadoria**

### **Plano de previdência privada**

A Sociedade é co-patrocinadora da MartinsPrev, entidade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,84% (1,92% em 31 de dezembro de 2017) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2018 equivale a 1,76% (1,63% em 31 de dezembro de 2017) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Salário de participação - em reais -R\$ (*)</b>	<b>Contribuição normal do patrocinador - %</b>
1.984,86	0,25
1.984,87 a 3.969,81	0,50
3.969,82 a 5.954,69	0,75
5.954,70 a 7.939,61	1,00
7.939,62 a 9.924,49	2,50
9.924,50 a 11.909,40	3,00
11.909,41 a 15.879,20	3,50
15.879,21 a 19.849,01	4,00
Acima 19.849,02	5,00

(\*) Valores praticados de dezembro de 2017 a novembro de 2018.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No ano 2018 a Sociedade contribuiu com R\$ 3.751 (R\$4.038 em 2017)

Informações adicionais:

- O percentual de 1,76% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício era irrelevante.
- A Administração e seus consultores legais entendem que o valor provisionado nas demonstrações financeiras atende aos futuros desembolsos de caixa e que anualmente esta reserva será revisada. A Administração da Sociedade formalizou Plano de Equacionamento do Déficit Técnico que seria amortizado em 20,08 anos (241 meses). No entanto, no ano de 2018 foi amortizado o montante de R\$ 11 (R\$ 45 em 2017) e o saldo do passivo atuarial registrado nas Demonstrações Financeiras no montante de R\$ 451 (462 em 2017) foi equacionado conforme Avaliação Atuarial do Plano em março de 2018, liquidando assim o déficit.

## 23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Sociedade está descrito na nota explicativa 3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

### a. Fluxos da receita

A Sociedade gera receita principalmente pela venda de mercadorias em geral no atacado e varejo e pela prestação de serviços de concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista. Outras fontes de receitas incluem receita de descarga, paletização e armazenagem.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receita de mercadorias	4.658.430	4.851.864	4.696.112	4.895.153
Receita de serviços	185.132	49.115	203.941	59.015
<b>Total da receita Bruta</b>	<b>4.843.562</b>	<b>4.900.979</b>	<b>4.900.053</b>	<b>4.954.168</b>
Impostos sobre vendas	(702.783)	(626.970)	(711.004)	(636.953)
Devoluções e abatimentos	(51.192)	(43.103)	(51.713)	(43.846)
<b>Total de receita contábil</b>	<b>4.089.587</b>	<b>4.230.906</b>	<b>4.137.336</b>	<b>4.273.369</b>

### b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Desagregação por Categorias de Produtos:</b>				
Agroveterinários	163.766	156.632	165.633	161.138
Alimentos	619.022	602.149	626.082	619.474
Bazar	185.225	184.720	187.338	190.035
Bebidas	248.839	261.579	251.677	269.105
Calçados	307.686	293.933	311.195	302.390
Eletro/Informática	739.010	713.881	747.438	734.420
Higiene/Beleza/Limpeza	1.324.025	1.431.946	1.339.126	1.473.145
Material Elétrico/Construção/Hidráulico	494.962	462.004	500.608	475.296
Telecom	468.147	558.573	473.486	574.644
Outros	107.748	186.447	93.529	95.506
<b>Total Receita de Mercadorias</b>	<b>4.658.430</b>	<b>4.851.864</b>	<b>4.696.112</b>	<b>4.895.153</b>
<b>Desagregação das Receitas de serviços:</b>				
Serviços Smart	25.602	30.826	25.602	30.825
Serviços Logísticos	144.075	-	162.603	11.924
Serviços Tecnologia de gestão para comércio	13.278	11.011	13.278	11.011
Serviços e-Fácil	1.340	4.572	1.340	4.572
Outros	837	2.706	1.118	683
<b>Total Receita de Serviços</b>	<b>185.132</b>	<b>49.115</b>	<b>203.941</b>	<b>59.015</b>
<b>Total da receita</b>	<b>4.843.562</b>	<b>4.900.979</b>	<b>4.900.053</b>	<b>4.954.168</b>

**c. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

<b>Tipo de produto / serviço</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)</b>	<b>Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)</b>
Venda de mercadorias	<p>A Sociedade trabalha com três canais de vendas, o presencial, comércio eletrônico e vendas digitais. Os contratos de vendas (“pedidos”) com a base de clientes são celebrados eletronicamente pelos canais de vendas. Os pedidos são processados, faturados e os títulos de cobrança são emitidos de forma escritural no momento do faturamento. O prazo médio de entrega dos produtos pode variar de 1 a 7 dias, dependendo da região. Os clientes obtêm a posse das mercadorias no momento que são entregues e aceitas nas dependências do cliente. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente em um prazo médio de 33 dias.</p> <p>Todos os contratos (“pedidos”) permitem ao cliente a devolução total ou parcial dos produtos no momento do aceite, podendo as mercadorias serem trocadas por outras ou os créditos serem abatidos nas próximas compras, para alguns contratos é permitido a devolução em dinheiro. O preço da transação é determinado pelo valor da mercadoria entregue nas dependências do cliente, sendo dessa forma o frete de vendas uma obrigação de desempenho.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para todos os contratos (“pedidos”) é permitido aos clientes devolver as mercadorias ou parte delas, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos</p>	<p>A receita era reconhecida quando as mercadorias eram entregues nas instalações do cliente, o que era considerado como o momento em que o cliente aceitou o produto e os riscos e benefícios relacionados ao bem transferido.</p> <p>A Sociedade reconhecia o total das receitas no momento da transferência da posse das mercadorias, no entanto nenhum ajuste decorrido por estimativa de devoluções era reconhecido.</p>
Venda de serviços	<p>A Sociedade obtém receitas na prestação de serviços relacionadas a sua atividade principal, tais como (i) consultoria e assessoria na gestão e organização de lojas varejistas, (ii) carga, descarga, paletização, armazenagem e transporte de mercadorias, (iii) transmissão eletrônica de dados e transações financeiras e (iv) divulgação de marcas e produtos no sites do ecommerce. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente a vista ou em um prazo de 30 dias. A Sociedade não devolve dinheiro de serviço efetivamente prestado.</p>	<p>A receita é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado.. A Sociedade não faz nenhum ajuste a título de vendas canceladas ou serviços recebidos, porém não prestados.</p>	<p>A receita era reconhecida no período em que o serviço era prestado</p>

Nenhuma informação é fornecida sobre as obrigações de desempenho remanescentes em 31 de dezembro de 2018, se houver, que tenham uma duração original prevista de um ano ou menos, conforme permitido pelo CPC 47.

## 24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Custo das mercadorias vendidas	(3.250.106)	(3.379.683)	(3.273.752)	(3.399.260)
Custos e despesas com folha de pagamento	(250.144)	(251.761)	(303.857)	(299.127)
Comissões sobre vendas	(140.630)	(138.561)	(141.049)	(138.941)
Manutenção, armazenagem e frete	(259.496)	(249.192)	(180.350)	(163.957)
Despesas de aluguel	(28.519)	(28.443)	(33.939)	(32.014)
Acordos comerciais	(20.273)	(23.487)	(20.765)	(23.599)
Depreciação e amortização	(18.695)	(19.268)	(25.419)	(25.265)
Serviços prestados por terceiros	(30.316)	(33.480)	(32.423)	(36.078)
Despesas com utilidades	(15.500)	(16.489)	(16.793)	(17.260)
Despesas com tributos	(10.713)	(14.639)	(32.165)	(35.914)
Despesas com propaganda e publicidade	(4.363)	(12.447)	(4.383)	(12.454)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	731	584	445	443
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	(835)	1.562	(835)	1.562
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(157)	(4.054)	(1.119)	(3.227)
Outras despesas	(69.632)	(68.411)	(73.473)	(71.485)
<b>Total</b>	<b><u>(4.098.648)</u></b>	<b><u>(4.237.769)</u></b>	<b><u>(4.139.877)</u></b>	<b><u>(4.256.576)</u></b>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.276.147)	(3.408.564)	(3.301.781)	(3.430.119)
Despesas comerciais e de distribuição	(711.999)	(718.675)	(701.383)	(693.085)
Despesas gerais e administrativas	(110.502)	(110.530)	(136.713)	(133.372)
<b>Total</b>	<b><u>(4.098.648)</u></b>	<b><u>(4.237.769)</u></b>	<b><u>(4.139.877)</u></b>	<b><u>(4.256.576)</u></b>

## 25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Receitas:</b>				
Bonificações recebidas de fornecedores (*)	38.300	18.104	38.348	18.104
Vendas acessórias	246	328	265	328
Aluguel	1.964	2.504	2.255	2.331
Vendas de bens do ativo imobilizado	32	3.677	908	9.108
Despesas e custos recuperados	4.535	1.907	4.679	2.321
Resultado com alienação de investimento	126	(20)	126	(20)
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	359	17	359	589
Outras receitas	1.304	13.014	1.306	13.014
<b>Despesas:</b>				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(393)	(435)	(409)	(2.468)
Outras despesas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>46.473</b>	<b>39.096</b>	<b>47.837</b>	<b>43.307</b>

(\*) Com a incorporação da controlada Smart em 29 de julho de 2016, as bonificações passaram a ser reconhecidas na Controladora.

## 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<b>Receitas financeiras:</b>				
Juros recebidos	12.511	6.688	12.718	6.960
Ganhos com aplicações financeiras	6.609	11.651	7.319	14.845
Rendimentos - investimentos - FIDC	2.736	6.924	2.736	6.924
Outras receitas	162	5.595	181	5.608
	22.018	30.858	22.954	34.337
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros pagos	(1.982)	(2.513)	(2.389)	(2.931)
Descontos concedidos	(77)	(55)	(220)	(111)
Juros sobre operações FIDC	(10.944)	(27.188)	(10.944)	(27.188)
Outras despesas	(12.052)	(7.068)	(12.419)	(7.534)
	(25.055)	(36.824)	(25.972)	(37.764)
<b>Variações monetárias e cambiais:</b>				
Variações monetárias e cambiais ativas	2.119	642	2.229	665
Variações monetárias e cambiais passivas	(899)	(505)	(899)	(505)
	1.220	137	1.330	160
<b>Total</b>	<b>(1.817)</b>	<b>(5.829)</b>	<b>(1.688)</b>	<b>(3.267)</b>

## **27 Informações por segmento**

A Sociedade apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Sociedade e suas controladas, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, serviços, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias e serviços comercializados. Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Sociedade e suas controladas avaliam a performance e alocam os recursos necessários de forma consolidada.

## **28 Seguros**

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<b>Ramos</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Ativos - imóveis	290.000
Responsabilidade civil - operações, administradores e produtos	80.000
Riscos diversos - roubo	20.000
Transporte de carga - nacional e internacional	1.800

A Sociedade e suas controladas optam pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 42.436 (R\$ 38.442 em 31 de dezembro de 2017), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

\* \* \*

### **Diretoria**

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração  
Flávio Lúcio Borges Martins da Silva- Diretor Geral  
Rubens Batista Júnior - Diretor Financeiro

### **Contador**

Marcos Antônio de Souza  
CRC SP 154.526/O-7 “T” MG